



ATOS GOLPISTAS

Oposição manobra para acelerar PL da Anistia

Contra desistências, deputados antecipam a apresentação do requerimento de urgência do projeto que pretende perdoar os extremistas do 8/1. Documento tem 262 assinaturas, inclusive, de parlamentares da base, mas pautá-lo depende de Motta, resistente ao texto

» ISRAEL MEDEIROS
» ARTHUR DE SOUZA

A oposição resolveu mudar a estratégia e protocolou, ontem, o requerimento de urgência para votar o projeto de lei que garante anistia aos golpistas do 8 de Janeiro e que pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na semana passada, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), havia anunciado que o número de assinaturas necessário (257) tinha sido atingido, mas a ideia era apresentar o requerimento apenas depois da Páscoa, quando o Congresso voltasse a funcionar a todo vapor. O pedido foi protocolado com 262 assinaturas (sem contar com as de líderes, que não são válidas para requerimentos como esse).

Mesmo com a apresentação, a votação dependerá do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que tem se mostrado resistente à ideia de colocar o tema em pauta. Ele não quer se indispor com o governo e com o Supremo Tribunal Federal (STF). As negociações sobre avançar ou não com o projeto, porém, só devem ganhar força depois da Páscoa.

Governistas têm confiança de que Motta não vai pautar o tema. "O requerimento de urgência para o Projeto de Lei de Anistia não garante sua imediata tramitação. Há mais de mil requerimentos apresentados. Cabe ao presidente da Casa decidir o que será pautado", frisou, ontem, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Ao todo, são mais de dois mil requerimentos de urgência para a tramitação de outros projetos que estão parados na Casa. "A oposição deixa de esclarecer que o projeto de lei visa,

preferencialmente, anistiar Jair Bolsonaro e os seis generais idealizadores, planejadores e comandantes da intentona de golpe de Estado, como apuraram as investigações da Polícia Federal", continuou Guimarães. "O projeto de lei não condiz com o que os parlamentares da oposição estão dizendo. Não se trata de dosimetrias das penas, como foi dito. A Câmara dos Deputados não pode incorrer no erro de garantir a impunidade de pessoas que atentaram contra a ordem democrática, ao Estado Democrático de Direito e ao próprio Congresso Nacional", enfatizou.

Sóstenes, assim como os líderes da minoria e da oposição, articulou de forma voraz, durante as últimas semanas, para convencer deputados a assinarem o requerimento.

Integrantes do governo Lula, que subestimaram a capacidade dos adversários de coletar as assinaturas, viram-se obrigados a agir. A equipe de articulação política, liderada pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, passou a abordar deputados para convencê-los a retirar suas assinaturas, o que ligou um alerta na oposição. Sóstenes, então, resolveu apresentar o requerimento antes de perder mais signatários.

"Acabo de dar entrada ao requerimento de urgência do PL da Anistia, com 264 assinaturas (contando com as assinaturas de líderes), devido às notícias recebidas de que o governo está pressionando os deputados a retirar assinaturas", disse o líder do PL, em nota.

Já o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), destacou, ontem, que o projeto é uma "continuidade do golpe de 8 de janeiro". Nas últimas semanas, ele tem articulado, junto a Hugo Motta,

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Hugo Motta tem evitado pautar o PL da Anistia para não se indispor com o governo e com o STF

para tentar conter as investidas da oposição de pautar o tema.

"O deputado que assina esse PL está depredando simbolicamente o Supremo e todas as instituições. Alguém acha razoável o Poder Legislativo interferir no Poder Judiciário de forma tão grosseira como esta para obstruir e anular um julgamento que está para começar?", questionou Lindbergh em um post no seu perfil do X. "Eu queria que os parlamentares soubessem: aqueles que estão assinando essa aventura estão se associando a uma organização criminosa que tenta

impedir um julgamento isento do Supremo Tribunal Federal. Esse projeto é nitidamente inconstitucional", continuou.

A bancada do PT na Câmara, que tem 67 deputados, também comentou o assunto. "Esse projeto é uma verdadeira aberração constitucional e uma ameaça à democracia. Trata-se de um instrumento forjado para livrar Bolsonaro e seu grupo criminoso da cadeia, com um alcance alarmante, que abrange todos os atos golpistas pré e pós-8 de Janeiro de 2023", ressaltou o grupo, em nota divulgada ontem.

Exceções

Dois deputados do PL não assinaram o requerimento: Antônio Carlos Rodrigues (SP) e Robinson Faria (RN). Rodrigues é próximo do ministro Alexandre de Moraes, do STF, e já fez elogios públicos ao magistrado. Já Robinson Faria é pai de Fábio Faria, ministro das Comunicações no governo Bolsonaro. Fábio é próximo de alguns ministros da Corte.

Dos 262 parlamentares (excluindo líderes partidários) que assinaram o requerimento, 28 são da mesma legenda de Motta. A sigla tem uma bancada de 45 representantes, o que significa uma adesão de 62,2%. O PL, com 92 deputados, foi o partido com mais adesões: 90. Em seguida, estão o União Brasil (40), o PP (35), o Republicanos (28), o PSD (23) e o MDB (20).

Desses, União Brasil, PP, Republicanos, PSD e MDB têm ministros no governo Lula. Assinaram, ainda, deputados de Avante, Cidadania, Novo, Podemos, PRD e PSDB. Quem foi signatário do documento não pode mais voltar atrás, segundo prevê o regimento interno da Câmara para casos em que as assinaturas são necessárias para fazer tramitar um texto.

Distrito Federal

Parlamentares do DF que integram a base governista, Erika Kokay (PT) e Reginaldo Veras (PV) disseram ser contra o pedido. "A anistia aos golpistas é cobrir o Brasil com o manto áspero e cruel da impunidade e legitimar atos contra a vida e a democracia", ressaltou a petista. "Há temas mais urgentes para o país do que debater anistia para pessoas que foram condenadas por vários crimes, entre eles, a ruptura do Estado Democrático de Direito", afirmou Veras.

Já o deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) foi um dos que assinaram o requerimento. "Não é razoável que brasileiros — muitos deles trabalhadores, idosos e mães de família — permaneçam presos há mais de um ano por atos de baixo potencial ofensivo, como pichação ou simples participação em manifestações", comentou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Projeto de anistia do PL é a antessala de uma crise institucional

O líder do PL, deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), protocolou na Câmara dos Deputados o pedido de urgência para o projeto de lei que anistia os presos pelo 8 de Janeiro de 2023. O documento, com 264 assinaturas, foi enviado à Mesa na tarde de ontem. A decisão de protocolar a proposta foi antecipada para pôr uma saia-justa no presidente da Casa, Hugo Motta (União-PB), e constranger parlamentares que haviam assinado o texto e pretendiam retirar seus nomes, após analisar o teor constitucional da proposta.

A eventual aprovação deste projeto deixaria o país à beira de uma crise institucional. O Congresso não é uma instância revisora das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). É disso que se trata, pois as sentenças que estão sendo adotadas contra os envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro estão dentro dos limites estabelecidos pela legislação penal. A discussão sobre os rigores da dosimetria das punições está se dando no âmbito da própria Corte. É o caso, por exemplo, do julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues Santos, que ficou conhecida por pichar com um batom a estátua da Justiça, em frente ao STF.

Ela se tornou uma espécie de símbolo da proposta de anistia, principalmente, após o ministro do Supremo Alexandre de Moraes, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pedir sua condenação a 14 anos de prisão. A pena está dentro dos limites previstos na lei, porém, Débora não passaria todo esse tempo encarcerada. Mesmo que venha a ser condenada, por ter permanecido em prisão preventiva por mais de dois anos, terá direito à progressão da pena e ficará em prisão semiaberta ou domiciliar no prazo de um a dois anos.

Além disso, o julgamento foi suspenso pelo ministro Luiz Fux, que pediu vista (mais tempo de análise) do processo e anunciou que pretende examinar cuidadosamente a dosimetria da pena que está sendo proposta. O mesmo tipo de questionamento o magistrado reiterou durante o julgamento de admissibilidade da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, em contraponto à posição de Moraes.

Na verdade, o caso de Débora serve de biombo para a proposta de anistia para os oito acusados de liderarem a tentativa de golpe, entre os quais

Bolsonaro, três generais do Exército e um almirante de esquadra. Ontem, o ministro aposentado do STF Celso de Mello, emérito constitucionalista, foi às redes sociais para tratar do caso, por meio de mensagem intitulada "O caso do batom da golpista", na qual afirma que é "totalmente falaciosa a afirmação de que a punição se deveu unicamente ao fato da ré haver passado batom em uma estátua".

Mello enfatiza o rol de crimes cometidos por Débora, entre eles, o de golpe de Estado. "Não, a pichação, no caso, foi apenas um dos inúmeros elementos das múltiplas imputações penais formuladas contra referida condenada", descreve o ministro sobre a soma das penas. "É sempre importante relembrar que não há perdão para quem atenta contra o regime democrático", completou.

Maioria é contra

Uma pesquisa divulgada pela Genial/Quaest no fim de semana revelou que 56% dos entrevistados são a favor dos presos seguirem detidos por mais tempo e que devem cumprir suas penas. Por

outro lado, 34% são favoráveis à soltura. Dentro do percentual dos que defendem a liberdade, 18% acreditam que os presos devem ser soltos porque nem deveriam ter sido detidos, enquanto outros 16% acham que as prisões já duraram tempo demais. Outros 10% não sabem ou não quiseram responder ao tema.

O líder do PL, Sóstenes Cavalcante, disse que deu entrada no requerimento devido às notícias recebidas de que o governo estava pressionando os deputados para retirar assinaturas: "Mudei a estratégia e agora está protocolado o documento é público todos que assinaram", disse em nota. O êxito do deputado tem muito a ver com o engajamento pessoal de Bolsonaro, antes de ser hospitalizado.

O ex-presidente está internado no Hospital DF Star, onde foi operado de emergência, após sentir-se mal em Natal (RN). A cirurgia abdominal foi bem-sucedida, mas durou 12 horas devido à complexidade do caso. Jair Bolsonaro passa bem, porém não tem previsão de alta. Foi a sétima operação que sofreu em consequência da facada que levou na barriga, durante a campanha eleitoral de 2018.

Os governadores de oposição ao governo, que pressionaram suas respectivas bancadas, entre os quais Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo, foram decisivos para alcançar as assinaturas, além do lobby concentrado dos parlamentares bolsonaristas e dos ligados ao agronegócio, aos evangélicos e à chamada "bancada da bala". Esse poder de pressão focado nos deputados, isoladamente, é muito mais forte do que o sentimento difuso da opinião pública contra a anistia.

Mesmo com o pedido de urgência apresentado, no entanto, a votação dependerá do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que tem se mostrado resistente à ideia de colocar o tema em pauta. O protocolo, na avaliação de Sóstenes, dificulta desistências dos signatários. O PL, que tem 92 deputados, foi a sigla com mais adesões: 90. Em seguida, estão o União Brasil (40); o PP (35); o Republicanos (28); o PSD (23) e o MDB (20). Assinaram, ainda, deputados do Avante, Cidadania, Novo, Podemos, PRD e PSDB. Desses, União Brasil, PP, Republicanos, PSD e MDB têm ministros no governo Lula.